



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.078-B, DE 2015 **(Do Senado Federal)**

PLS nº 242/2014

Ofício nº 1.365/2015 - SF

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer que o percentual mínimo do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a ser destinado a financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) não seja inferior a 15% (quinze por cento); tendo parecer: da Comissão de Desenvolvimento Urbano, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. ADRIANO DO BALDY); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 3078/15 e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano; e, no mérito, pela aprovação do PL 3078/15, na forma do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano (relator: DEP. PAULO GUEDES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO URBANO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Urbano:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 3º

§ 3º

III – o percentual mínimo de execução orçamentária anual do PMCMV a ser destinado a financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), que não será inferior a 15% (quinze por cento).

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de setembro de 2015.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - PMCMV

Seção I Da Estrutura e Finalidade do PMCMV

Art. 3º Para a indicação dos beneficiários do PMCMV, deverão ser observados os seguintes requisitos: ([“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011](#))

I - comprovação de que o interessado integra família com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais); ([Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 514, de 1/12/2010 e com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011](#))

II - faixas de renda definidas pelo Poder Executivo federal para cada uma das modalidades de operações; ([Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 514, de 1/12/2010 e com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011](#))

III - prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; ([Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 514, de 1/12/2010 e com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011](#))

IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e ([Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 514, de 1/12/2010 e com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011](#))

V - prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência. ([Inciso acrescido pela pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011](#))

§ 1º Em áreas urbanas, os critérios de prioridade para atendimento devem contemplar também:

I - a doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao programa;

II - a implementação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social;

III - a implementação pelos Municípios dos instrumentos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade.

§ 2º (VETADO)

§ 3º O Poder Executivo Federal definirá: ([Parágrafo com redação dada pela Lei 12.424, de 16/6/2011](#))

I - os parâmetros de priorização e enquadramento dos beneficiários do PMCMV; e ([Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 514, de 1/12/2010 e com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011](#))

II - a periodicidade de atualização dos limites de renda familiar estabelecidos nesta Lei. ([Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 514, de 1/12/2010 e com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011](#))

§ 4º Além dos critérios estabelecidos no *caput*, os Estados, Municípios e Distrito Federal poderão fixar outros critérios de seleção de beneficiários do PMCMV, previamente aprovados pelos respectivos conselhos locais de habitação, quando existentes, e em conformidade com as respectivas políticas habitacionais e as regras estabelecidas pelo Poder Executivo federal. ([Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 514, de 1/12/2010 e com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011](#))

§ 5º Os Estados, Municípios e Distrito Federal que aderirem ao PMCMV serão responsáveis pela execução do trabalho técnico e social pós-ocupação dos empreendimentos implantados, na forma estabelecida em termo de adesão a ser definido em regulamento. ([Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 514, de 1/12/2010 e com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011](#))

§ 6º Na atualização dos valores adotados como parâmetros de renda familiar estabelecidos nesta Lei deverão ser observados os seguintes critérios:

I - quando o teto previsto no dispositivo for de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 10 (dez) salários mínimos;

II - quando o teto previsto no dispositivo for de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 6 (seis) salários mínimos;

III - quando o teto previsto no dispositivo for de R\$ 1.395,00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 3 (três) salários mínimos. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 514, de 1/12/2010 e com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011)

Seção II

Do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU

Art. 4º O Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos, desde 14 de abril de 2009. (“Caput” do artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 651, de 9/7/2014, convertida na Lei nº 13.043, de 13/11/2014)

§ 1º Para a implementação do PNHU, a União disponibilizará recursos na forma prevista nos incisos I, II e III do art. 2º. (Parágrafo com redação dada pela Lei 12.424, de 16/6/2011)

I - (Revogado pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011)

II - (VETADO);

III - (Revogado pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011)

§ 2º A assistência técnica pode fazer parte da composição de custos do PNHU (Parágrafo com redação dada pela Lei 12.424, de 16/6/2011)

.....

.....

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 3.078, de 2015, teve origem no Senado Federal, por meio da então Senadora Ana Rita. O projeto objetiva alterar o § 3º do art. 3º da Lei nº 11.977, de 2009, que trata de requisitos a serem observados no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). A alteração proposta possui os seguintes termos:

§ 3º O Poder Executivo federal definirá:

.....

III - O percentual mínimo de execução orçamentária anual do PMCMV a ser destinado a financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), que não será inferior a 15% (quinze por cento).

No Senado federal, a proposta tramitou sob a numeração 242, de 2014, e foi aprovado de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais¹, sob o

¹ Parecer disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3684939&ts=1559240022321&disposition=inline>

argumento de que o déficit habitacional brasileiro é mais elevado entre famílias de baixa renda, sendo necessária, portanto, a ampliação do foco do programa para essa parcela da população.

Após ser remetido a esta Casa, o projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). A proposição está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões e tramita sob regime de prioridade. Nesta CDU, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Programa Minha Casa, Minha Vida, ao se propor equacionar o problema do déficit habitacional em diversos segmentos e, ao mesmo tempo, aquecer a economia nacional, tornou-se extremamente amplo e complexo. O programa abrange diversos subprogramas, com modalidades e características específicas, envolve múltiplos agentes e, no que se refere às questões orçamentárias e financeiras, faz uso de múltiplas fontes de financiamento, de ações orçamentárias e não-orçamentárias, de recursos públicos e privados e de diversos fundos. Além do Orçamento geral da União, o PMCMV pode ser financiado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), por exemplo.

No que tange à execução orçamentária federal, matéria da proposição em apreço, estudo realizado pelas Consultorias de Orçamento, Fiscalização e Controle da Câmara do Deputados (Conof) e do Senado Federal (Conorf)² apontou que os orçamentos de 2009 a 2017 totalizaram mais de 103 bilhões de valores pagos em ações relacionadas ao PMCMV. Foram, ao todo, cinco ações orçamentárias (00AF, 00CW, 00CX, 00CY e 0E64) relativas a integralização de cotas e transferências ao FAR (aproximadamente R\$ 76 bilhões), subvenções econômicas destinadas a projetos de interesse social em áreas urbanas (aproximadamente R\$ 21 bilhões), transferências ao FDS (aproximadamente R\$ 2 bilhões) e subvenções

² Conof e Conorf. **Programa Minha Casa, Minha Vida: subsídios para a avaliação dos planos e orçamentos política pública**. Estudo Técnico Conjunto nº 1/2017. Outubro/2017. Brasília.

econômicas destinadas à habitação de interesse social em cidades com menos de 50 mil habitantes (aproximadamente R\$ 4 bilhões). Vale ressaltar que as operações realizadas com recursos advindos da integralização de cotas no FAR e recursos transferidos ao FDS são limitadas a famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00 (mil trezentos e noventa e cinco reais), conforme art. 6º-A da Lei 11.977, de 2009. Assim, nos orçamentos de 2009 a 2017, tem-se que mais de 74% dos valores pagos foram destinados à essa parcela, ou seja, à habitação para baixa renda, em que, de fato, é mais significativo o déficit habitacional.

Deve-se mencionar, ainda, que outras ações orçamentárias estão relacionadas à habitação de baixa renda no PMCMV, como é o caso da ação 8875 – Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social; da ação 10S6 – Melhoria de Habitação de Assentamentos Precários e da ação 10S3 – Urbanização de Favelas. Segundo dados trazidos pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, em audiência pública realizada nesta CDU, em 4/6/2019, mais de R\$ 80 bilhões foram repassados a essas ações apenas na primeira metade de 2019, mais especificamente, entre janeiro e maio de 2019. No que se refere aos imóveis executados, mais de 30 mil unidades foram entregues no mesmo período mencionado, sendo que as Faixas 1, 1,5 e 2 representaram a maior parcela, com 29 mil unidades. Apenas a Faixa 1 recebeu mais de 14 mil unidades habitacionais.

Os dados mostram que o OGU já tem dado prioridade ao direcionamento de recursos públicos para habitação de interesse social, ou seja, para população de baixa, que deve ser o foco do programa. Infelizmente, a recente crise fiscal que atinge o País tem deixado seus reflexos na execução dessas ações, que sofreram quedas significativas nos últimos anos. Não obstante esse fato, o PMCMV continua ativo e deve continuar sendo foco de medidas que o fortaleçam e o aprimorem. Medidas para assegurar recursos e, principalmente, para melhorar o desempenho do Programa devem estar sempre na pauta desta Casa.

O PL nº 3.078, de 2015, objetiva colaborar nessas questões, ao estabelecer percentual mínimo de repasse anual a financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), de modo que com ele concordamos. No entanto, a fim de deixar mais claro o texto, propomos substitutivo que dá ao inciso III do §3º do art. 3º da Lei nº 11.977, de 2009, redação que determina ao Poder Executivo federal definir o percentual mínimo de execução

orçamentária anual do PMCMV a ser destinado a financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), que não será inferior a 15% (quinze por cento) da execução anual do total de ações orçamentárias do programa. Ademais, o limite de renda também deve ser atualizado, haja vista que a Faixa 1 do PMCMV contempla famílias com renda de até R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Reitero, por fim, que o grande problema a ser atacado no âmbito do PMCMV para população de baixa renda é a disponibilidade de recursos orçamentários novos. Assim, mesmo com a aprovação do PL nº 3.078, de 2015, o grande problema ainda persistirá e precisará de respostas inovadoras, frente às efetivas disponibilidades financeiras do Estado.

Diante de todo o exposto, sou pela **aprovação** do PL nº 3.078, de 2015, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 13 de agosto de 2019.

Deputado ADRIANO DO BALDY
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.078, DE 2015

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer que o percentual mínimo do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a ser destinado a financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) não seja inferior a 15% (quinze por cento).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 3º
.....§
3º
.....III

– o percentual mínimo da execução orçamentária anual do PMCMV a ser destinado a financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), que não será inferior a 15% (quinze por cento) da execução anual do total de ações orçamentárias do programa” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 13 de agosto de 2019.

Deputado ADRIANO DO BALDY
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, com substitutivo o Projeto de Lei nº 3.078/2015, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Adriano do Baldy.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Pr. Marco Feliciano - Presidente, José Medeiros e José Nelto - Vice-Presidentes, Adriano do Baldy, José Ricardo, Joseildo Ramos, Marcelo Nilo, Norma Ayub, Ricardo Pericar, Alice Portugal, Eduardo Braide, Gustavo Fruet, José Nunes, Luizão Goulart, Valdevan Noventa e Zé Carlos.

Sala da Comissão, em 18 de setembro de 2019.

Deputado PR. MARCO FELICIANO
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO AO PROJETO DE LEI Nº 3.078, DE 2015

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer que o percentual mínimo do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a ser destinado a financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) não seja inferior a 15% (quinze por cento).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 3º
.....§
3º
.....III

– o percentual mínimo da execução orçamentária anual do PMCMV a ser destinado a financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), que não será inferior a 15% (quinze por cento) da execução anual do total de ações orçamentárias do programa” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 18 de setembro de 2019.

Deputado **PR. MARCO FELICIANO**
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.078, DE 2015

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer que o percentual mínimo do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a ser destinado a financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) não seja inferior a 15% (quinze por cento).

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado PAULO GUEDES

I - RELATÓRIO

O projeto em análise, do Senado Federal, altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer que a parcela do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a ser destinado aos financiamentos imobiliários para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) não seja inferior a 15% (quinze por cento).

O projeto tramita em regime de prioridade (Art. 151, II, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II, tendo sido distribuído às Comissões de Desenvolvimento Urbano - CDU; Finanças e Tributação - CFT (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (Art. 54 RICD)

Na CDU, o projeto foi aprovado com Substitutivo, que não recebeu emendas.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.



É o relatório.

II - VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Da análise do projeto e do substitutivo aprovado na CDU, observa-se que estes contemplam matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.



Quanto ao mérito, estamos perfeitamente de acordo com a proposta. É evidente que um programa de alcance social como o Minha Casa Minha Vida tem que priorizar as famílias de baixa renda. Quanto mais baixa a renda familiar, mais essencial é para o Estado brasileiro proporcionar as condições para uma casa própria e uma vida digna. Temos ainda a considerar que o Substitutivo aprovado na CDU aperfeiçoa ainda mais a proposta, ao elevar o limiar de renda de 1.600 reais para 1.800 reais, alcançando assim um número maior de famílias beneficiadas.

Em face do exposto, **voto pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei nº 3.078, de 2015, e do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.078, de 2015, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano.**

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado PAULO GUEDES
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.078, DE 2015

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.078/2015, e do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU; e, no mérito, pela aprovação do PL 3078/15, na forma do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Guedes.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Merlong Solano - Presidente, Paulo Guedes e Vermelho - Vice-Presidentes, Adail Filho, Camila Jara, Fábio Teruel, Fernando Monteiro, Hildo Rocha, José Airton Félix Cirilo, Kim Kataguri, Luiz Carlos Hauly, Marcio Alvino, Murilo Galdino, Rogério Correia, Sanderson, Alceu Moreira, Alencar Santana, Cabo Gilberto Silva, Capitão Alden, Cleber Verde, Josenildo, Júnior Ferrari, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Marangoni, Marcelo Queiroz, Marcos Tavares, Maria Rosas, Marussa Boldrin, Padre João, Professora Luciene Cavalcante, Rodrigo da Zaeli, Socorro Neri, Tiago Dimas e Vinicius Carvalho.

Sala da Comissão, em 27 de maio de 2026.

Deputado MERLONG SOLANO
Presidente

Apresentação: 01/06/2026 13:08:10.700 - CFT
PAR 1.CFT => PL 3078/2015

PAR n.1



CD264083035800